Processo SEI nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO – BENS E SERVIÇOS EM GERAL**

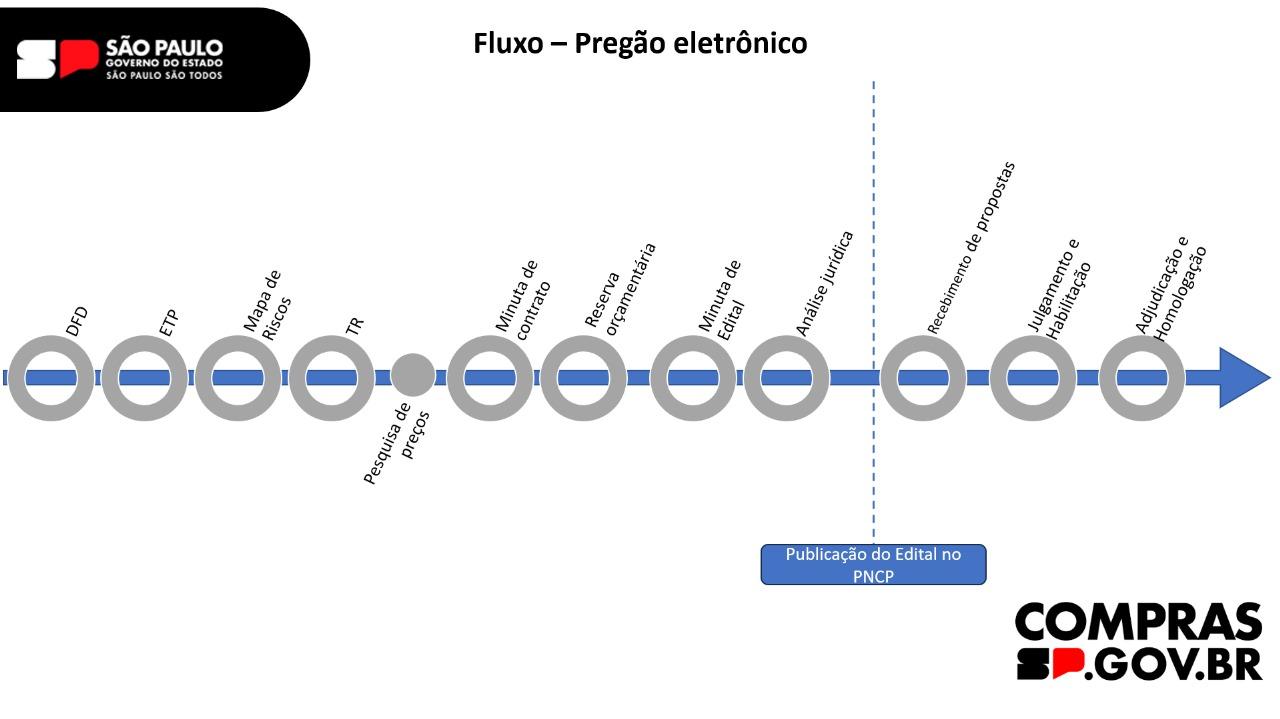
**PREGÃO ELETRÔNICO - ARTIGOS 6º, INCISO XLI, e 28, INCISO I, LEI 14.133/2021**

Unidade/Órgão: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Objeto: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Valor estimado: R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Fundamento legal: **art. 6º, inciso XLI, e art. 28, inciso I, da Lei no 14.133/2021**



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1. Autorização da autoridade competente para início da fase preparatória - Fls. \_\_\_\_\_** | | | | |
| **Competência** | | | **Valor** | **Fundamento** |
|  | Dirigentes de Unidades e Órgãos | | Valor correspondente a 1% ao fixado no art. 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133/2021[[1]](#footnote-1) | Art. 1º, inciso I, alínea “a”, Portaria GR nº 8.321/2024 |
|  | | Reitor | Qualquer valor |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **2. Documentação e informações iniciais** | | |
| 2.a – Abertura de processo administrativo, em forma eletrônica (SEI/SP)[[2]](#footnote-2) | Data \_\_/\_\_/\_\_\_\_ | |
| 2.b – Designação dos agentes públicos responsáveis pela fase preparatória, contratação, execução e fiscalização[[3]](#footnote-3) (verificar regulamento USP) | Fls. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | |
| **2.c – Documento de formalização de demanda (DFD)[[4]](#footnote-4)** | Fls. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | |
| **2.d –** **Estudo Técnico Preliminar (ETP)[[5]](#footnote-5)**, contendo pelo menos:  (i) descrição da necessidade/problema a ser resolvido;  (ii) estimativa do quantitativo;  (iii) estimativa do valor;  (iv) manifestação sobre parcelamento;  (v) conclusão sobre a adequação da contratação para a necessidade a que se destina; e  (vi) caso aplicável, justificativa pela ausência dos demais itens não obrigatórios[[6]](#footnote-6) | Sim/Não\*  \*Em caso de “não”, justificar | Fls. \_\_\_\_\_\_  Fls. \_\_\_\_\_\_ |
| **2.e –** **Análise de Riscos[[7]](#footnote-7)**  \* Em caso de “não”, justificar | Sim/Não\* | Fls. \_\_\_\_\_\_  Fls. \_\_\_\_\_\_ |
| **2.f –** **Termo de Referência (TR)**, Anteprojeto, Projeto Básico ou Projeto Executivo, conforme o caso[[8]](#footnote-8)  2.f.a. Utilizou-se o modelo padronizado de TR[[9]](#footnote-9) | Fls. \_\_\_\_\_\_\_  Sim/Não | |
| 2.g – Documento da Reserva ou demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com a despesa | Sim/Não | Fls. \_\_\_\_\_\_ |

|  |
| --- |
| **3. PARA BENS E SERVIÇOS EM GERAL**  **Pesquisa de preços, Valor estimado e Justificativa de Preços - Fls. \_\_\_\_\_\_\_\_** |
| **Artigo 18, inciso IV, e artigo 23, da Lei 14.133/2021**  **Decreto Estadual no 67.888/2023**  O valor estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, condições de execução, quantidade, fretes, formas e prazos de pagamento, garantias etc., levando-se em conta a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. |
| **3.1. Parâmetros utilizados para aferição do melhor preço estimado (artigo 3º, do Decreto Estadual no 67.888/2023)[[10]](#footnote-10):**  ( ) composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item nos sistemas oficiais de governo;  ( ) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 ano anterior à data de pesquisa;  ( ) dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal ou estadual e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo data e hora de acesso;  ( ) pesquisa direta com, no mínimo, 3 fornecedores, com solicitação formal de cotação e justificativa da escolha desses fornecedores, observada a antecedência de 6 meses da data de divulgação do edital;  ( ) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas e/ou em bases do Estado de São Paulo, com datas compreendidas no período de até 1 ano anterior à data de divulgação do edital.  **\*Artigo 4º:**  “Serão utilizados, como método matemático para definição do valor estimado para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o artigo 3° deste decreto, desconsiderados, previamente ao cálculo, os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados”.  **§ 3º -** “Os preços coletados deverão ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados”. |
| **3.2.** A **justificativa de preços (fls. \_\_\_\_\_\_\_)** deverá ser formalizada, redigida e assinada pelo servidor/equipe responsável pela pesquisa, com a análise econômica do valor estimado, contendo, ao menos, as seguintes informações[[11]](#footnote-11):  I - descrição do objeto a ser contratado;  II - caracterização das fontes consultadas;  III - série de preços coletados;  IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado, com a respectiva justificativa;  V - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte. |

Declaro, sob minha responsabilidade, que as informações constantes do presente *relatório de verificação* são verídicas e que o preenchimento dos requisitos legais ora elencados foi por mim verificado.

Declaro, especificamente, que o edital de pregão eletrônico e, se for o caso, o termo de contrato, utilizados seguiram as minutas disponibilizadas e pré-aprovadas pela Procuradoria Geral, e que não foram feitas modificações no texto que não o mero preenchimento dos campos editáveis.

Pelo exposto, atesto a conformidade legal do procedimento adotado, para fins de **dispensa de trâmite do processo na Procuradoria Geral da USP, nos termos do artigo 1º, da Portaria PG no 12, de 23 de fevereiro de 2024.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

(Nome e assinatura do servidor responsável)

----------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Em sequência, atendidos os requisitos legais e procedimentais para continuidade da contratação, a Unidade/Órgão deverá prosseguir com as seguintes etapas, a título informativo, no que couber:**

**1) Publicação do edital no PNCP e de seu extrato no DOE e jornal de grande circulação[[12]](#footnote-12) – data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_**

**Data de apresentação de propostas e lances - \_\_/\_\_/\_\_\_\_**

\*O prazo para apresentação de propostas e lances, contados da data de divulgação do edital, deve respeitar o prazo mínimo de[[13]](#footnote-13):

a) para aquisição de bens, **8 (oito) dias úteis**, quando utilizado critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto;

b) para serviços comuns e obras e serviços comuns de engenharia, **10 (dez) dias úteis**, quando utilizado critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

**2)** Nos termos do **art. 71, Lei 14.133/2021, e Art. 1º, inciso I, alíneas “c” a “f”, Portaria GR nº 8.321/2024,** encerradas as fases de julgamento e habilitação, o processo licitatório deverá ser encaminhado à autoridade superior competente para:

a) decidir eventuais recursos apresentados por licitantes e/ou interessados;

b) adjudicar o objeto da licitação ao licitante vencedor;

c) homologar os atos praticados pelos responsáveis pela condução dosprocedimentos;

d) anular, revogar ou declarar o procedimento deserto ou fracassado.

**3)** Após finalização do procedimento de contratação, a unidade/órgão responsável deverá providenciar a **PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO, com manutenção permanente em sítio eletrônico oficial:**

1. Contrato e eventuais aditivos no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis** (Art. 94, inciso I, da Lei 14.133/2021).

1. **Até o limite de R$ 2.509.023,24 (exercício de 2025)**, conforme disposto no art. 1º, inciso I, da Portaria GR nº 8.321/2025, valor este atualizado anualmente nos termos do art. 182 da Lei nº 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-1)
2. Decreto Estadual no 67.641/2023. [↑](#footnote-ref-2)
3. Art. 7º, “caput”, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-3)
4. Art. 12, inciso VII, da Lei 14.133/21. [↑](#footnote-ref-4)
5. Art. 18, inciso I, e parágrafos 1º, 2º e 3º, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-5)
6. Art. 18, parágrafo 2º, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-6)
7. Art. 18, inciso X, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-7)
8. Art. 18, inciso II, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-8)
9. Decreto Estadual no 68.185/2023. [↑](#footnote-ref-9)
10. Art. 3º, § 1º - Inexiste priorização entre os parâmetros arrolados nos incisos deste artigo, podendo o agente público **optar pela adoção simples ou combinada dos referidos parâmetros**, considerando a atratividade do mercado e a mitigação do risco de sobrepreço. (g.n.) [↑](#footnote-ref-10)
11. Art. 7º, Decreto Estadual no 67.888/2023. [↑](#footnote-ref-11)
12. Art. 54, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-12)
13. Art. 55, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-13)